



**RELATÓRIO E
CONTA DE GERÊNCIA**



SANTA CASA
Misericórdia do Bom
Jesus de Matosinhos



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Avenida D. Afonso Henriques – Adro Igreja
4450-014 Matosinhos

Relatório e Conta de Gerência 2017



SANTA CASA
Misericórdia do Bom
Jesus de Matosinhos



ORGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais, em 2016, foram eleitos pelos Irmãos para o Quadriénio 2017/2020.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**
Dra. Maria Alice de Jesus Lima – **Vice-Presidente**
Dr. Celestino Alves Vieira - **Secretário**
Maria Filomena Leite S. M. Galante - **Secretário**
Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**
Arq. José António Vidal Afonso Barbosa – **Substituto**
Dr. Carlos Manuel de S. de Lima Fernandes – **Substituto**
Dr. Artur Manuel Osório Morais Araújo - **Substituto**

MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**
Armando Fernandes Mesquita - **Vice-Provedor**
Dra. Elvira Maria Cordeiro Augusto Patrício – **Tesoureira**
Dra. Maria do Rosário M. B. Marques Lóio - **Mesário**
Alberto Pereira Morgado - **Mesário**
Dra. Clarisse do Céu Sousa – **Mesária**
Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - **Mesário**
Dra. Maria da Conceição L. Azevedo D´Ara - **Substituta**
Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto - **Substituto**

DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**
Dr. José Carlos Pereira Monteiro – **Vice- Presidente**
Prof. António Azevedo Cunha e Silva - **Secretário**
Dra. Maria Manuela da Costa Braga - **Substituta**
Dra. Helena Cristina Sousa Pinto - **Substituta**
Manuel da Costa Lima - **Substituto**



Índice

ORGÃOS SOCIAIS	3
MENSAGEM DO PROVIDOR	5
INTRODUÇÃO	5
ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS	6
Assembleia Geral.....	6
Mesa Administrativa	7
Definitório	7
RECURSOS HUMANOS	7
RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO	7
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	8
Jardim de Infância e Creche “O Paraíso”	8
Centro Infantil de Matosinhos	10
Jardim de Infância e Creche “A Biquinha”	13
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	14
Internato N.ª. Sr.ª. da Conceição	14
Centro de Dia.....	14
ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO	16
Museu e Casa dos Milagres.....	17
Capela Mortuária	20
ÁREA OPERACIONAL SAÚDE	20
Unidade de diagnóstico e tratamento	20
RESULTADO DE 2017	20
PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	21



MENSAGEM DO PROVIDOR

Venho, pelo presente documento, apresentar o Relatório e Conta de Gerência 2017, de acordo com o nosso Compromisso e a Lei.

O ano findo foi mais um ano atípico pelas dificuldades de vária ordem, algumas imprevisíveis, que exigiram um maior esforço em encontrar as respostas que, por vezes, não são fáceis de vislumbrar.

A exemplo do que acontece com a maioria das Instituições da economia social, o sistema organizacional tem de ser, permanentemente, reajustado na medida em que a própria sociedade se transforma continuamente. E, como esta sociedade é constituída por seres humanos, não é fácil mudar de atitude, porque exige vontade em colaborar e nem sempre se sente da parte de todos os operadores essa motivação.

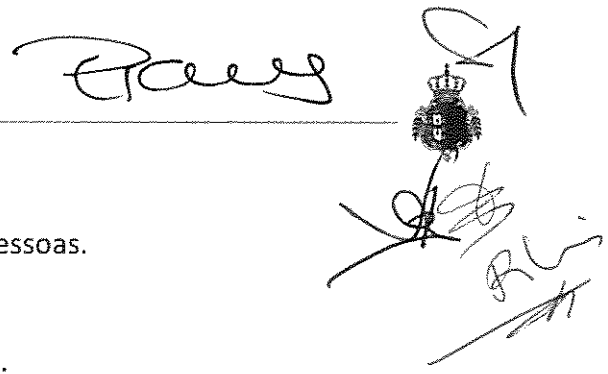
O Relatório foi elaborado de uma forma simples, acessível e a sua leitura atenta dará aos Irmãos uma visão clara do trabalho realizado e dos resultados obtidos.

INTRODUÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, a fim de dar cumprimento aos preceitos legais, vem apresentar o Relatório e Conta de Gerência referente à atividade e evolução desta Instituição, e a proposta de aplicação dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2017.

Dispomos de um quadro de pessoal multidisciplinar e interdisciplinar de 136 funcionários. Quotidianamente interagimos com uma ampla e diversa bolsa de fornecedores e de serviços, contribuindo, de forma muito significativa, para o desenvolvimento do concelho de Matosinhos. Privilegiamos o trabalho de parceria com outras Instituições, privadas ou públicas. Pretendemo-nos afirmar como Instituição de referência na sociedade, seja pela melhoria contínua, inovação e qualificação dos colaboradores, seja pelos serviços prestados em todas as áreas de intervenção.

A nossa missão: praticar as Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com a solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, enformado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristã.



Os nossos valores:

A pessoa humana – promovemos o respeito e dignidade das pessoas.

A solidariedade – existimos para ajudar o próximo.

A honestidade – agimos com transparência e responsabilidade.

A proximidade – sentimos as necessidades da comunidade local.

Este relatório pretende dar a conhecer os principais indicadores de gestão relativamente ao ano de 2017 e tem suporte nas respetivas demonstrações financeiras e balanço. Pretende destacar os aspetos sociais mais evidentes de cada área de intervenção da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos.

Continuamos a viver um tempo de grande complexidade social. Agravam-se as situações de pobreza, em particular, entre os desempregados, os migrantes e os idosos. Os jovens manifestam sinais muito significativos de ausência de perspetivas de uma vida mais estável, nomeadamente na área do emprego e na ausência de criação da sua própria família.

Os problemas sociais refletem-se nas famílias, na situação financeira, nas mensalidades que lhe são atribuídas através de uma proporcionalidade estabelecida pela Segurança Social.

Se bem que não seja fácil a avaliação quantitativa do trabalho realizado, tentaremos, em cada uma das áreas, efetuar um breve balanço à atividade desenvolvida, salientando alguns indicadores que permitem caracterizar o trabalho realizado.

Finalmente, apresentam-se as contas do exercício constituídas pelo balanço, demonstração de resultados, demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo anexo.

ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu em Assembleia Geral Ordinária nos meses de julho e novembro, respetivamente, para análise, discussão e votação do “Relatório e Conta de Gerência respeitante ao exercício do ano 2016 e do “Parecer do Definitório”; análise, discussão e votação do “Plano de atividades e Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos” para o ano de 2017, bem como o “Parecer do Definitório” relativo àqueles documentos e análise, discussão e votação do “Plano de atividades e Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos” para o ano de 2018, bem como o “Parecer do Definitório” relativo àqueles documentos.

Mesa Administrativa

No ano de 2017, a Mesa Administrativa reuniu em 23 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2017 desligaram-se do serviço duas trabalhadoras, sendo uma por reforma e outra por acordo de revogação do contrato de trabalho.

Temos hoje 137 funcionários, sendo que 1 é estagiário do IAFP, estágio este que terminará em 31 de março de 2018.

Mantêm-se as políticas de desenvolver serviços para ocupação integral de todos os trabalhadores.

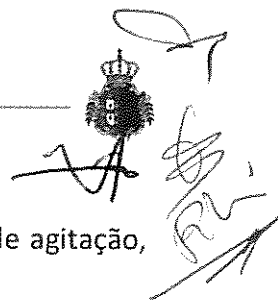
RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

Os projetos para recuperação dos prédios de Brito Capelo e de Vila Franca, tiveram um significativo atraso na sua elaboração, na medida em que a Senhora Arquiteta que se tinha prontificado, graciosamente, para os elaborar, não pôde dar seguimento aos mesmos, por razões de saúde.

No entanto, outro Senhor Arquiteto está a elaborá-los, também graciosamente, os quais estão já na fase final, pelo que serão apresentados para apreciação à Câmara Municipal no decorrer do ano de 2018.

Os projetos do museu e do edifício das “Escolas do Adro” estão numa fase mais embrionária, foram iniciados em 2017 mas serão concluídos ao longo de 2018.

O projeto do Lar da Terceira Idade está, igualmente, em preparação, devendo estar concluído antes dos projetos do Museu e do edifício das “Escolas do Adro”.



ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

Nos dias de hoje, as crianças herdam uma agenda e um estilo de vida de grande agitação, tendo uma diária carregada e fiscalizada pelos adultos.

Neste capítulo, iremos sintetizar a atividade desenvolvida nas diferentes áreas de intervenção da Instituição durante o ano de 2017.

Frequentaram os estabelecimentos socioeducativos 511 crianças, sendo 5 com necessidades educativas especiais. São 104 os colaboradores nestes estabelecimentos.

Os problemas sociais, que naturalmente afetam diretamente as famílias, têm um impacto direto na nossa atividade, sendo certo que muitas se tornaram no “ pilar ” da articulação família estabelecimento, apesar das inúmeras dificuldades quotidianas por que passam.

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos tem investido em atividades educativas e de apoio à família durante o período de trabalho dos pais, ou em qualquer impedimento, e tem procurado envolver os pais e restante família, convidando-os a participar nas atividades das respostas sociais, sempre no pressuposto de promover uma educação de qualidade baseada nos princípios e valores de sã convivência, respeito e preservação do futuro, criando contextos enriquecedores, fomentando a excelência, valorizando cada criança na sua singularidade, proporcionando experiências ricas, diversas e profundas ao nível cognitivo, social, emocional e físico.

Jardim de Infância e Creche “O Paraíso”

Para executarmos o ano letivo de 2016/2017, reunimos todos os elementos envolvidos no processo educativo para permitir que houvesse uma plena integração no trabalho em equipa para superarmos os obstáculos e aperfeiçoarmos o processo de ensino e aprendizagem. O espaço físico foi repensado e reorganizado por idades como já vem sendo habitual. E todo o material lúdico que colocámos à disposição das nossas crianças foi intencionalmente selecionado, possibilitando uma utilização prática, autónoma, sistemática e responsável. As atividades que desenvolvemos foram:

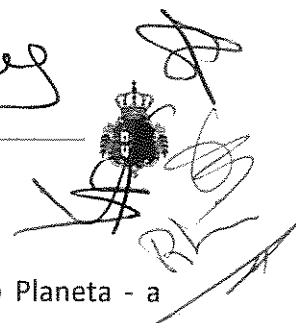
- Organização do manual de utilização, manutenção e segurança – prepararam e organizaram os meios próprios do estabelecimento, com vista a conhecer melhor os espaços, limitar os danos, sistematizar a evacuação e conhecer os riscos.
- Dia de Reis (6 de janeiro) – elaboração de coroas de Reis, e deslocação à Câmara Municipal para “ Cantar os Reis ”.

Handwritten signature



- Dia dos Avós (18 de janeiro) – homenagear, valorizar e agradecer a consideração e participação dos Avós. Cozinharam com os Avós, os avós contaram histórias e fizeram atividades com os netos.
- Comemoração do Entrudo (28 de fevereiro) – desfile pelas Ruas em trajes de Carnaval, confeção de máscaras, decoração das salas e corredores. Baile de Carnaval dos finalistas.
- Dia do Pai (quinzena de 14 a 25 de março) - Atividades de reciclagem com os pais, confeção de uma prenda para o pai, lanche convívio com os pais na sala.
- Dia da Árvore e da Floresta (21 de março) - pintura de pequenos vasos, início das sementeiras plantação de uma árvore e de flores.
- Foco Musical (14 de março) – Crescer com a Música – Concerto da “Menina de pedra”. Concerto em Santa Maria da Feira.
- Concertos abertos aos pais com aulas participadas pelos pais.
- Vivência da Páscoa (16 abril) - atividades relacionadas com o tema, com prendas para levarem para casa. Decoração das salas e corredores.
- Dia da Mãe (6 de maio) - Confeção de prendas para oferecer às mães, gincana, atividades ao ar livre e lanche convívio.
- Dia da Criança (Dia 1 de junho) - Insufláveis e lanche convívio.
- Ópera na Casa da Música (6 de junho) – “A Coragem e o Pessimismo” – uma grande aventura que Camões relatou.
- Comemoração do Sr. de Matosinhos (6 De junho) - desenhos alusivos ao tema, a história do Senhor de Matosinhos, jogos tradicionais, Ida aos carrocéis e visita à Romaria e à Igreja. Exposição dos trabalhos.
- Avaliação dos projetos de sala (junho) - identificar e corrigir falhas.
- Passeio de Finalistas de dois dias ao Campo Aventura em Óbidos.
- Passeios de fim de ano – mais pequenos ao jardim Zoológico da Maia, ATL campismo em Angeiras, Quinta em Aveiro com atividades.

Paula



- Quinzena divertida (10 a 21 de junho) - Insufláveis, jogos de água e outros.
- Festa de fim de ano letivo no adro da Igreja (7 de julho) - “Vamos Salvar o Planeta - a Reciclagem, poupança de água...”. Danças e apresentação de todas as valências e no fim churrasco com os pais e familiares.
- Festa de finalista dos 5 anos (15 de julho) - teatro e convívio com os pais e familiares.
- Praia com as crianças dos 5 anos e CATL (1 a 15 de julho).

Centro Infantil de Matosinhos

O objetivo do nosso trabalho é o de, para além promover o desenvolvimento integral e harmonioso da criança, contribuir para a sua estabilidade e segurança afetiva, despertar a curiosidade e respeito pelo mundo que a rodeia, pela natureza e pela vida. Incentivar o desenvolvimento de atitudes responsáveis usar e estruturar conhecimentos que possui e que vai adquirindo através das vivências reais que a levem a agir positivamente e a transformar trabalhando e estimulando a imaginação, a criatividade e a fantasia.

Cada grupo de crianças tem uma realidade própria que depende não só da idade mas dos seus interesses e das suas características individuais. Em colaboração com a família, visamos promover o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social das crianças.

Existe uma tónica comum no trabalho que se faz com as crianças que fazem parte das Orientações Curriculares do Ministério da Educação onde estão definidas as áreas importantes a desenvolver nas crianças do Pré-Escolar: Área da Formação Pessoal e Social, Área do Conhecimento do Mundo e Área das Expressões (Domínio da Expressão Motora, Domínio da Expressão Dramática, Domínio da Expressão Plástica, Domínio da Expressão Musical, Domínio da Linguagem Oral e abordagem à Escrita, Domínio da Matemática).

Passeios e visitas

- ✓ Janeiro: os meninos inscritos na música participaram, no parque Biológico de Gaia na aula concerto “Outras Músicas, Outros Mundos”.
- ✓ Maior: no dia 26 três salas (sala de 3 anos, sala de 3½ anos e sala de 4 anos) foram visitar o Jardim Zoológico de Santo Inácio. Para além da visita à Quinta, participaram no programa educativo “Os Animais da Selva”.
- ✓ Junho: no dia 9 a sala de 2 anos foi visitar o Jardim Zoológico da Maia; no dia 12 os meninos



inscritos na música participaram, na Casa da Música do Porto, no concerto "Coragem e Pessimismo"

- ✓ Julho: no dia 13 decorreu o passeio de fim de ano, da sala de ATL, ao Parque Biológico de Gaia. Entre o dia 10 e o dia 28 decorreu a atividade da Praia onde participaram os meninos do CATL.

Festas

O ano 2017, com o intuito de desenvolver o espírito de solidariedade e partilha, começou com grupos de crianças, pela casa fora, a cantar as Janeiras.

Foi no dia 24 de fevereiro da parte da manhã que, como faz parte da nossa tradição, os meninos (a partir da sala dos 2 anos ao CATL) de manhã, festejaram o Carnaval com um "Baile de Máscaras" no salão do CIM. Algumas das máscaras tinham sido elaboradas pelas próprias crianças, em ateliers montados para o efeito. Da parte da tarde contamos com a presença de um circo no salão.

A exemplo do que se tem vindo a fazer e com o objetivo de levar os pais a participar na vida do CIM, as salas de creche fizeram, por ocasião do Dia do Pai, uma semana aberta aos encarregados de educação para assistirem a teatros representados pelos filhos ou poderem participar com os seus filhos nas rotinas e vida do CIM. Este tipo de convívio tem sido muito bem aceite e tem contribuído para aumentar os laços de amizade e colaboração entre a escola e as famílias, facto que tem beneficiado o trabalho que se desenvolve com as crianças.

De igual modo, para festejar o Dia da Mãe abriu-se uma semana dedicada às mães. No dia, cada sala desenvolveu a semana de acordo com a idade das suas crianças, tendo sempre em vista a integração dos pais na vida do CIM. Algumas salas optaram por oferecer um teatro, ou uma sessão de dança e outras salas optaram por oferecer um dia no CIM.

Comemorámos a entrada na Primavera com o início das plantações na horta. O início do bom tempo traz consigo a vontade de estar ao ar livre, junto com a natureza, o que vai de encontro às necessidades de grande parte das nossas crianças que vivem em apartamentos. Razão que nos leva a criar o maior número possível de atividades que se desenvolvem no exterior (visitar os animais, trabalhar na horta e no jardim) e inclusive a desenvolver pontualmente algumas que usualmente são feitas dentro de portas (as refeições e sessões de movimento, jogos de motricidade, pintura e desenho, ouvir histórias entre outras).

O Dia do Teatro, o Dia do Livro, o Dia da Terra e o Dia da Dança, fizeram parte de algumas

Paula



das manhãs recreativas dinamizadas, pela equipa e pelas estagiárias da ESE Paula Frassinetti, para todos os grupos de crianças.

No dia 15 de Maio, pelas 10.45h decorreu, no salão do CIM, o Quinteto de Sopros dinamizado pela empresa do Foco Musical, aberto a todas as crianças

A participação das crianças nas festividades do Senhor de Matosinhos foi, este ano, de 28 de maio a 8 de junho, dia em que apresentaram e participaram nas danças tradicionais no Adro da Igreja. O objetivo prende-se com a importância de participar nas atividades culturais e conhecer as tradições da nossa terra.

No dia 1 de junho, Dia da Criança, tivemos a participação das crianças em atividades, dinamizadas pela empresa "Onda D'ideias" no jardim do Centro Infantil (Insufláveis, Camas Elásticas e Jogos Tradicionais).

A festa de fim de ano letivo, para a qual foram convidados os membros da Mesa Administrativa da Santa Casa, pais e familiares, realizou-se na 6ª feira, dia 7 de julho, pelas 17h00, decorrendo com muito entusiasmo e num clima de saudável convívio.

Iniciámos a festa com a cerimónia da entrega de diplomas, medalha e livro de curso aos finalistas. Este ano, contamos com a presença da Dra. Clarisse Sousa, como representante da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos.

"Danças do Mundo", foi a peça de teatro sobre os diferentes estilos de danças de diversas culturas, representada pelas crianças. Foi uma representação muito bem conseguida contando com a presença de todas as crianças do CIM, inclusive os pequenos da sala de 1 ano. O facto de todas as salas participarem em conjunto contribui para uma maior união entre adultos e crianças das diferentes salas e diferentes idades.

No dia 10 de novembro fizemos, com as crianças de todas as salas, o tradicional Magusto. No salão, da parte da manhã, decorreu um teatro em que todas as crianças puderam conhecer as lendas e a tradição do S. Martinho. Da parte da tarde decorreu o magusto no nosso jardim e pudemos contar com um assador de castanhas. A partir das salas dos 3 anos, todos participaram.

O mês de dezembro é por excelência o mês do Natal. O espírito de Natal fez com que crianças e adultos trabalhassem com mais entusiasmo. É um mês muito trabalhoso, mas muito bonito, tendo como único objetivo as alegrias que podemos proporcionar às crianças. Todos ajudaram na decoração da casa. Como vem sendo habitual, a festividade de Natal, serviu como base de uma campanha de solidariedade, com o intuito de fomentar a interiorização de valores, o espírito de partilha e ajuda.



A Festa de Natal decorreu no salão do CIM, no dia 22 de dezembro. Seguiu-se a tão esperada visita do Pai Natal, carregado de prendas para todos. O Pai Natal deixou os sacos nas salas e, depois da sua apresentação no palco as crianças dirigiram-se, com a equipa responsável, para a sua sala. Este ano, foram oferecidas pintarolas de chocolate às crianças. As salas de bebés e de um ano receberam brinquedos.

Jardim de Infância e Creche “A Biquinha”

Em diversos momentos do ano letivo foram realizadas atividades que envolveram a colaboração de toda a equipa educativa (educadoras, auxiliares, crianças e famílias) que se envolveram ativamente na vivência de diversos projetos do estabelecimento, onde destacamos a boa relação equipa educativa-pais que permitem um trabalho mais envolvente e mais rico por ser muito participado. Destes momentos destacamos:

- ✓ a vivência do Halloween com a realização de uma feirinha com venda de trabalhos das crianças e decoração dos espaços;
- ✓ a vivência da época natalícia que contou com a participação ativa e criativa das famílias na construção de um pinheiro de Natal;
- ✓ a vivência do Carnaval que contou com a imaginação de pais e filhos para dinamização de uma semana temática;
- ✓ a comemoração do Dia do Pai com a realização de uma gincana pais-filhos;
- ✓ a realização de uma Feira do Livro que contou com a colaboração das famílias na doação de livros e na compra de livros no dia da Feira;
- ✓ a comemoração do Dia da Mãe, com uma atividade de danças de roda tradicionais em grupo (mães-filhos);
- ✓ a comemoração do Dia da Família, um dia muito participado que contou com a presença de música ao vivo (pai de uma criança), pinturas faciais (pai de uma criança) e venda de bolos, doces e sumos;
- ✓ a comemoração do Dia Mundial da Criança, com aluguer de 2 insufláveis (um para o piso de cima, creche; outro para o piso de baixo, jardim de infância).

A área de formação pessoal e social, a de expressão e comunicação e a do conhecimento do mundo são a base para a exigência de resposta a todas as crianças.



ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Internato N.º. Sr.ª. da Conceição

É o mais antigo estabelecimento da Misericórdia. Criado em 1896, tem como objetivo principal acolher crianças/jovens do sexo feminino, afetadas por múltiplas situações de carência, oriundas de famílias onde normalmente impera a exclusão social e que, com maior ou menor grau, se situam nos patamares mais baixos da nossa estrutura social, quase sempre dependentes da atribuição de subsídios. Neste estabelecimento pretende-se corrigir este drama social proporcionando às utentes nele internadas um ambiente acolhedor, com acompanhamento individualizado, tendo como objetivo final o seu desenvolvimento afetivo, ajudando-as a perspetivar o seu projeto de vida.

A ação educativa desenvolvida no Internato é balizada por objetivos específicos e gerais, uns e outros têm como meta potenciar o desenvolvimento global de cada criança/jovem, dotando-a dos instrumentos necessários para num futuro mais ou menos próximo ser capaz de enfrentar o retorno à vida em sociedade.

Após a admissão de cada criança, qual o projeto de vida que se configura possível e adequado àquela situação e a partir daí manter uma intervenção pedagógica coordenada entre os diversos agentes educativos, centrada nas necessidades de desenvolvimento de cada uma.

O desenrolar destas ações e omissões há muito que deixaram de ser unicamente da responsabilidade de cada Instituição, passando agora e cada vez mais a existir mecanismos de acompanhamento técnico e de controlo externos.

Em 2012 o Governo criou um novo plano, SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), de âmbito nacional, que tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização.

Centro de Dia

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos procura criar iniciativas que permitam estimular e desenvolver as capacidades motoras e intelectuais dos idosos, promovendo a sua interação com a comunidade, a sua própria valorização bem como o respeito da sociedade, a sua integração familiar e comunitária.



As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2017 foram programadas segundo os interesses dos utentes, as condições do local e as capacidades de resposta e englobaram as seguintes áreas:

- *Manualidades* (trabalhos manuais, colagens, pintura, trabalhos em feltro, costura) - estas atividades têm o principal objetivo de permitir ao utente a estimulação e desenvolvimento de várias capacidades a nível da motricidade fina, a coordenação e destreza manual e a coordenação psicomotora.
- *Expressão corporal* (Ginástica e Dança) - com a dinamização destas atividades o objetivo principal será o de assegurar as condições de bem-estar dos utentes, promovendo a sua saúde, contrariando o sedentarismo e o estímulo das suas capacidades físicas, através de tarefas simples de movimentos articulares e musculares.
- *Alfabetização* - Leitura/escrita, (pequenos ditados, sopas de letras, palavras cruzadas, leitura de notícias, livros, entre outros) o objetivo prende-se essencialmente com o desenvolvimento/estímulo das capacidades cognitivas, quer dos utentes letrados quer dos não letrados.
- *Atividades Lúdicas* - A animação lúdica visa a diversão do utente e do grupo, ocupar o tempo que passam na instituição, promover o convívio, divulgar conhecimentos, artes e saberes: Carnaval, Dia dos Namorados, Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Saúde, Páscoa, Dia Internacional da Família, Dia dos Avós, Época balnear, São Martinho, Festa de Natal.
- *Ateliês de Culinária* - Têm por objetivo a partilha de receitas, estimulando a motricidade fina, através da confeção de diferentes artigos: compotas e doces; bolinhos secos, biscoitos e bolos; criação de um livro de receitas.
- *Atividades intergeracionais* (com crianças e jovens da Obra do Padre Grilo): Ida ao teatro no gelo "A Bela e o Monstro", Ida ao Bowling, Desfile de carnaval, Sessões de relaxamento - Sessões de culinária (biscoitos), realização de um pequeno filme entre as duas gerações - GALA CINESCOLAS, Magusto, Festa de natal.
- *Atividades lúdicas* – Comemoração do **Carnaval** (com atuação dos Cavardinhos); Pequena dramatização sobre o **Dia dos Namorados** do antigamente, com a colaboração da professora de ginástica Carla Moreira; Comemoração do **dia Internacional da Mulher**, com oferta de uma flor a cada senhora, com o propósito de valorizar o papel da mulher na sociedade e aumentar a autoestima; A propósito do evento "**Maior Mês do Coração**" –



participação num espetáculo entre várias instituições do concelho; Pequena mostra e venda de trabalhos manuais, a propósito do **Sr. de Matosinhos** (panos em croché, porta moedas, porta chaves, garrafas decoradas, cachecóis, almofadas, bolsas de vários tamanhos, pegas de cozinha, tapetes em sacos plástico, entre outros) feitos em vários materiais (feltro, EVA, lã, linha de croché, tintas acrílicas, sacos plásticos, etc.); ainda por altura do **Sr. de Matosinhos**, realizámos pequenas coreografias, ensaiadas pela professora Carla Moreira, em conjunto com as crianças dos nossos infantários, privilegiando-se assim, o convívio intergeracional; **Ida ao Teatro**, assistir à peça “Velhas no Cruzeiro”; **Época Balnear**, em que os utentes foram durante 2 semanas à praia, entre as 9h e 11h45. Aqui tivemos a colaboração de uma utente do Internato Nossa Senhora da Conceição (Catarina Ventura), onde mais uma vez se privilegiou o convívio entre gerações; **Magusto** – com sessão de fados, que foi do agrado da totalidade dos nossos utentes; **Almoço de Natal** – ao contrário dos anos anteriores, este ano a festa foi em conjunto com as utentes e todas as funcionárias do Internato. Esta teve um feedback bastante positivo por parte dos nossos utentes.

ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

A Mesa Administrativa procurou honrar uma tradição, associando-se e tomando parte nas mais importantes solenidades religiosas que se realizam em Matosinhos. Destacamos as festividades em honra do Bom Jesus de Matosinhos, que tiveram lugar no dia 06 de junho, e que decorreram com o brilho e elevação que tais solenidades requerem.

A Eucaristia Solene foi presidida por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. António Azevedo, Bispo Auxiliar do Porto.

Também foi com muito agrado que a Mesa Administrativa se incorporou na Procissão do Senhor de Matosinhos até ao Monumento do Senhor do Padrão, que ocorreu no dia 04 de junho de 2017.

Finalmente, como se prevê no nosso Compromisso, foi celebrada uma Missa por Alma dos Irmãos falecidos.

A Mesa Administrativa participou igualmente nas procissões do Senhor dos Passos, da N.ª Sr.ª de Fátima em Lavra (75anos), do Senhor de Matosinhos e do Mártir de S. Sebastião.

ACEG



Museu e Casa dos Milagres

O ano de 2017 foi de consolidação dos procedimentos de gestão museológica e assessoria cultural levados a cabo no ano de 2016.

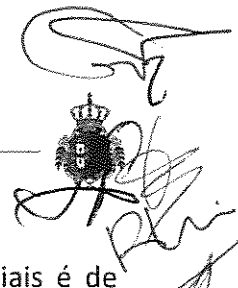
Deste modo, foi dada continuidade à realização das fichas individuais de cada peça pertencente ao espólio do Museu da nossa Irmandade, onde é possível observar uma descrição detalhada, bem como, as medidas da obra, o material de que é feita e outras informações relevantes para a sua identificação. Este trabalho é minucioso e, por isso, exige muito tempo para a sua realização, dado o vasto acervo que esta instituição museológica possui. Por este facto, esta atividade não conheceu ainda o seu término, adiado, de igual modo, pelas constantes interrupções a que é sujeito para que possamos garantir a realização de outras atividades. A par da ficha detalhada andou, também, a marcação de cada obra com o seu respetivo número de inventário, que é, pelas razões acabadas de explicitar, um trabalho de continuidade.

O ano de 2017 foi profícuo em atividades, das mais diversas tipologias, desde a realização de visitas guiadas a grupos, conferências de temas ligados ao património da Irmandade e ao Município de Matosinhos, realização de diversas exposições temporárias, estabelecimento de parcerias culturais com instituições como o Orfeão de Matosinhos, a Câmara Municipal, a MUMA – Rede de Museus de Matosinhos e o NEIMA – Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Matosinhos nas pessoas dos seus constituintes, bem como, a parceria com individualidades Matosinhenses que em muito contribuíram para o sucesso das nossas iniciativas, como o Sr. Professor Cunha Silva e o saudoso Prof. Alfredo Barros que, com a sua infinita generosidade, doou uma das suas obras para enriquecer o espólio do nosso Museu. Todos estes nossos parceiros foram uma mais-valia na dinamização e divulgação do nosso espaço museológico e, portanto, contribuíram para a consciencialização da importância do património cultural da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos.

Profícuo em ações culturais, o ano de 2017 ficou marcado pela diligência dos serviços museológicos e de transmissão do conhecimento aos estudiosos e visitantes que o procuravam. No entanto, ainda há muito para fazer, pelo que, a equipa do Museu, enriquecida com mais um elemento, que veio permitir a abertura ao público de forma permanente da Casa dos Milagres – assume o compromisso de continuar o seu trabalho com salutar espírito de equipa, de forma séria e profissional.

- Realizaram-se trabalhos de Investigação Histórica do nosso espólio documental que serviram de base à produção de conteúdos para as exposições temporárias.

Paulo



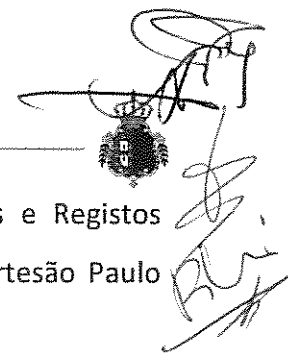
- Continuação da realização das fichas individuais de inventário.
- O apoio à investigação histórica e produção científica na área das Ciências Sociais é de extrema importância nos serviços museológicos e o MMBJM prestou esse serviço no apoio aos investigadores, como por exemplo, à Dra. Raquel Martins, para elaboração do seu trabalho de Mestrado em História da Arte, que se debruça sobre as Capelas do Adro.

Visitas guiadas ao Museu:

- 28 de janeiro – 60 pessoas da Universidade Sénior de Penafiel.
- 20 de fevereiro – 10 pessoas do nosso Centro de Dia.
- 4 de março – grupo Sénior das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde – 50 pessoas.
- 30 de março – grupo Sénior da União de Freguesias Matosinhos / Leça da Palmeira – 40 pessoas.
- 6 de abril – grupo Sénior de Viana do Castelo – 56 pessoas.
- 17 de maio – grupo da PROBUS Club II de Penafiel – 18 pessoas.
- 27 de maio – grupo da Universidade Sénior de Alcântara e Benfica – 43 pessoas.
- 2 de Junho – Academia Inkultu – Academia Sénior de Vila Nova de Gaia – 27 pessoas.
- 24 de Junho – Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos – 48 pessoas.

Exposições temporárias:

- De 3 a 23 de junho: Exposição Temporária “Ex-Votos – Declarações de Fé” realizada no âmbito das comemorações do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. A exposição esteve aberta permanentemente ao público nos dias 3, 4, 5 e 6 de junho.
- De 15 a 25 de julho: Exposição Temporária “São Sebastião – Bênção ao Mar” realizada no âmbito da parceria institucional entre a Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos e o Orfeão de Matosinhos no sentido de assinalar as festividades de São Sebastião Mártir, nesta cidade, inserido na comemoração do Centenário do Orfeão.
- De 16 a 26 de novembro: Exposição Temporária “Os Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos” realizada no âmbito das comemorações dos 410 anos da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos.



- De 12 de dezembro a 12 de janeiro de 2018: “I Exposição de Presépios e Registos Religiosos” com presépios da artesã Eugénia Silva e registos religiosos do artesão Paulo Oliveira.

Conferências:

- 15 julho – Conferência proferida pelo Sr. Prof. Cunha e Silva intitulada “São Sebastião – Bênção ao Mar” realizada no âmbito da inauguração da Exposição Temporária com o mesmo nome, que se realizou, em parceria institucional com o Orfeão de Matosinhos, acima referida.
- Iniciou-se o I Ciclo de Conferências de Outono em colaboração com o NEIMA – Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Matosinhos, que pretende promover o conhecimento sobre o património histórico-cultural matosinhense, e que marcou também, as comemorações dos 410 anos da Misericórdia de Matosinhos.
- 16 de novembro – Conferência proferida pela Doutora Conceição Pires intitulada “Memória dos Lugares de Matosinhos”.
- 23 de novembro – Conferência proferida pelo Doutor José Manuel Varela intitulada “A Árvore de Jessé da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos”.

Empréstimos:

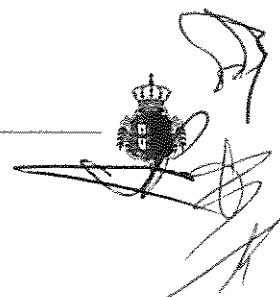
Foram emprestados à Paróquia de São Salvador de Matosinhos, como é habitual, várias alfaias litúrgicas em prata e outras peças de adorno da Igreja, para a festividade do mesmo Senhor de Matosinhos,

Foi emprestado à Câmara Municipal de Ponta Delgada o Ex-Voto de “João José Lisboa” para ser integrado numa exposição do artista, de origem Matosinhense, Barros.

Foram emprestadas à Câmara Municipal de Matosinhos, por sua solicitação, peças para a integração na exposição comemorativa dos 10 anos da Rede MUMA.

Muitas das atividades realizadas no Museu da Santa Casa foram levadas a efeito através de parcerias com Instituições ou com investigadores ou interessados na cultura, do que nos permitimos destacar:

- A Câmara Municipal de Matosinhos – Rede MUMA
- O Orfeão de Matosinhos



- NEIMA – Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Matosinhos
- Sr. Prof. Cunha e Silva
- Sr. Prof. Alfredo Barros, que, infelizmente nos deixou recentemente, já no corrente ano de 2018, e que tinha, em julho de 2017, oferecido à Misericórdia a sua obra intitulada “A Lacrimosa”, que em muito veio enriquecer o espólio do Museu.

Capela Mortuária

A abertura de Casas Mortuárias no Cemitério de Sendim e a vulgarização da cremação, tem levado a uma grande diminuição da nossa capela.

Entendemos que este é um importante serviço que a Misericórdia presta, essencialmente, à população de Matosinhos.

Durante o ano de 2018, esperamos conseguir uma solução que mantenha aberta a Capela, que as atualize e que deixe de dar prejuízo à instituição.

ÁREA OPERACIONAL SAÚDE

Unidade de diagnóstico e tratamento

Esta Unidade continua a ser uma das maiores preocupações da Misericórdia e Mesa Administrativa.

Não se conseguiu, em 2017, uma solução que resolva o problema que constitui esta Unidade.

Contamos que ao longo de 2018 se venha a concretizar um acordo de contrato com um grupo económico ligado à saúde que venha solucionar tudo isto.

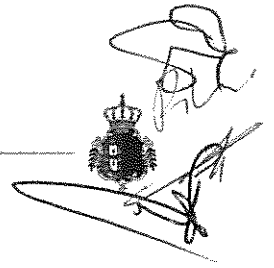
RESULTADO DE 2017

As despesas e receitas de 2017 constam dos mapas que a final se publica.

Houve um controlo rigoroso das despesas e uma profunda preocupação em cobrar todas as receitas, do que resultou um saldo positivo de 108.236,40€.

Convém salientar que não é possível fazer muito mais quando a nossa massa salarial e encargos atinge mais de 80% da despesa.

Não foi um ano fácil, mas acreditamos que se lançaram as bases para criar a necessária sustentabilidade em termos de futuro.



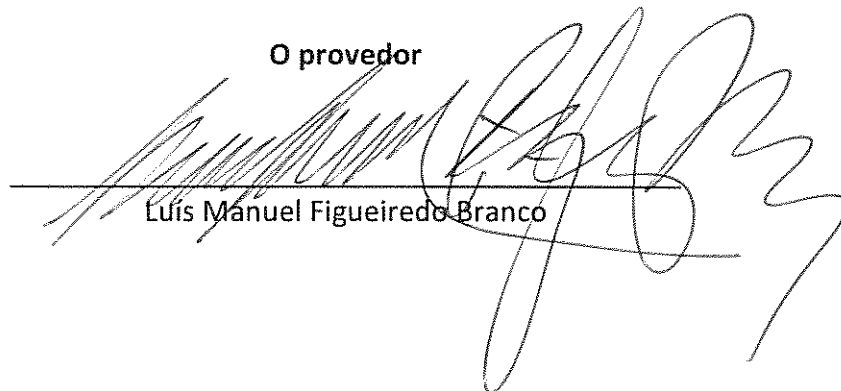
PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o resultado líquido do exercício, positivo de 108.236,40€, propomos a seguinte aplicação:

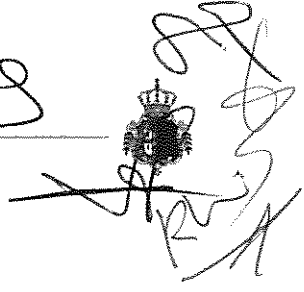
Para resultados transitados o valor de 108.236,40€.

Matosinhos, 20 de março de 2017

O provedor



Luís Manuel Figueiredo Branco



ÍNDICE MAPAS DE CONTAS DE 2017

1 – Balanço em 31 de dezembro de 2017

2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017

3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

4 – Fluxos de caixa

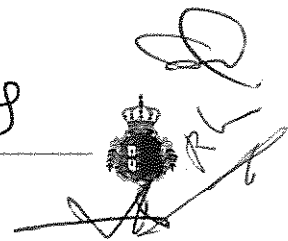
5 – Anexo às demonstrações financeiras

6 – Resultados por valências e outras atividades

7 – Parecer do revisor oficial de contas

8 – Parecer do Definitório

Key



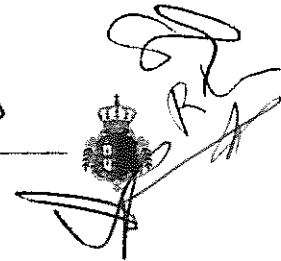
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Balço em 31 de Dezembro de 2017

Rúbricas	Notas	ANOS	
		2017	2016
Activo			
ativo não corrente			
ativos fixos tangíveis	6	2.774.652,48	2.805.868,98
Investimentos financeiros		6.373,11	6.373,11
Outros créditos e ativos não correntes		1.520,98	1.053,78
		2.782.546,57	2.813.295,87
Ativo corrente			
Inventários	8	24.197,28	24.241,73
Clientes	13	103.014,61	154.425,12
Estado e outros entes públicos	15	335,66	16,88
Diferimentos	13	5.618,79	10.182,57
Outros ativos correntes	13	212.681,61	166.921,25
Caixa e depósitos bancários	4	486.375,41	541.773,62
		832.223,36	897.561,17
Total do ativo		3.614.769,93	3.710.857,04
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		57.379,22	57.379,22
Reservas		275.475,52	275.475,52
Resultados transitados		2.024.762,93	2.298.477,61
		2.357.617,67	2.631.332,35
Resultado líquido do período		108.236,40	-273.714,68
		108.236,40	-273.714,68
Total dos Fundos patrimoniais		2.465.854,07	2.357.617,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	10.000,00	84.625,00
Financiamentos obtidos	15	355.804,14	460.596,23
		365.804,14	545.221,23
Passivo corrente			
Fornecedores	13	66.077,88	82.418,78
Estado e outros entes públicos	15	97.694,99	97.430,77
Financiamentos obtidos	15	104.258,60	103.725,11
Diferimentos		0,00	6,00
Outros passivos correntes	13	515.080,25	524.437,48
		783.111,72	808.018,14
Total do Passivo		1.148.915,86	1.353.239,37
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		3.614.769,93	3.710.857,04

O.C.C.
Manuel F.M. Moreira
Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa
Elencando Soares da Silva
Elencando Soares da Silva
Elencando Soares da Silva
P. Alves

Boey



Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos

Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 2017




Rúbricas	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9,15	624.236,80	691.139,92
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1.506.077,65	1.442.449,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-127.650,00	-165.417,80
Fornecimentos e serviços externos	15	-319.994,40	-382.736,97
Gastos com o pessoal	14	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	2.116.003,56	2.138.422,23
Provisões (aumentos/reduções)	10	-15.198,86	-39.489,00
Outros rendimentos	15	52.125,00	-59.825,00
Outros gastos	15	626.924,15	634.141,14
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		165.243,26	-214.526,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	-56.057,48	-57.628,54
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		109.185,78	-272.155,50
Juros e gastos similares suportados	9,15	-949,38	-1.559,18
Resultado antes de impostos		108.236,40	-273.714,68
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		108.236,40	-273.714,68

O.C.C.

Manuel F.M. Moreira
Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa

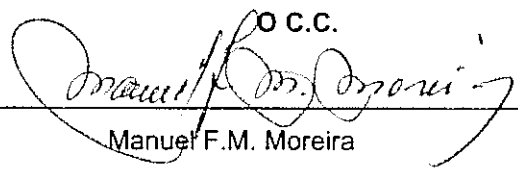
Augusto Paes
Augusto Paes
Augusto Paes

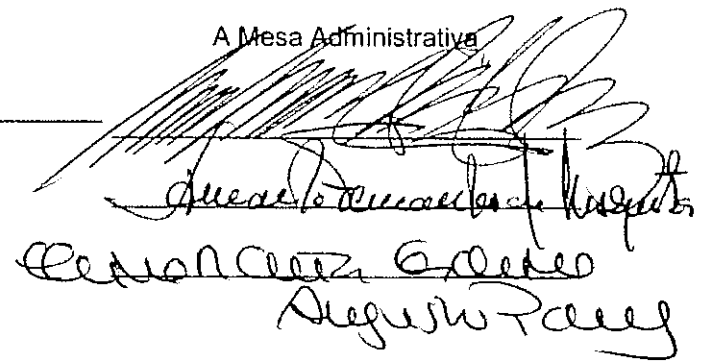




SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MATOSINHOS
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2017

Unidade Monetária: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	57.379,22	275.475,52	1.781.047,11	517.430,50	2.631.332,35	2.631.332,25
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período			517.430,50	-517.430,50	0,00	0,00
Resultado Integral						
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	57.379,22	275.475,52	2.298.477,61	-273.714,68	-273.714,68	2.357.617,67
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	57.379,22	275.475,52	2.298.477,61	-273.714,68	-273.714,68	2.357.617,67
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	-273.714,68	273.714,68	0,00	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	108.236,40	108.236,40	0,00
Resultado Integral				381.951,08	108.236,40	108.236,40
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.379,22	275.475,52	2.024.762,93	108.236,40	2.465.854,07	2.465.854,07

O C.C.

 Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa

 Augusto Taveira

Handwritten signature



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		659.463,00	714.281,70
Pagamentos a fornecedores		-453.891,22	-536.784,03
Pagamentos ao pessoal		-2.130.355,30	-1.895.604,49
Caixa gerada pelas operações		-1.924.783,52	-1.718.106,82
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-318,78	696,63
Outros recebimentos / pagamentos		1.999.226,63	1.873.090,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		74.124,33	155.680,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
ativos fixos tangíveis		-24.840,98	-6.505,64
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-198,64	-280,71
Outros ativos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	8.015,45
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		747,73	2.140,43
Dividendos		0,00	29,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		24.231,59	3.398,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-104.258,60	-103.725,11
Juros e gastos similares		-972,05	-1.561,89
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-105.230,65	-105.287,00
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		58.894,21	53.792,10
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	541.773,62	487.981,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	486.375,41	541.773,62
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo Inicial)		-55.398,21	53.792,10

O.C.C.
Handwritten signature
Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa
Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de Dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

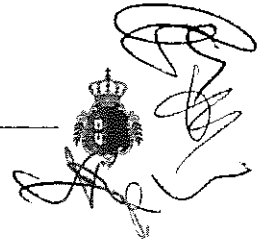
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

2.2. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro 2016, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

Importa apenas referir que, na sequência das alterações introduzidas pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, nos modelos de demonstrações financeiras, foram alteradas as denominações das seguintes rubricas: "clientes" para "créditos a receber", "outras contas a receber" para "outros ativos correntes" e "outras contas a pagar" para "outros passivos correntes".

Bay



Handwritten signature.

3. Principais políticas contábilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contábilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".



c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registrados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registrado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registrados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

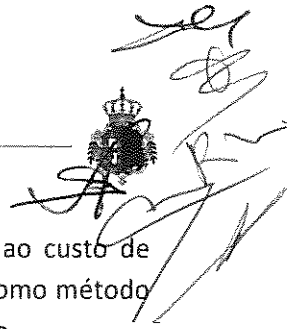
Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registrado em períodos anteriores.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.



f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

g) Instrumentos financeiros

i. Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii. Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Handwritten signature and stamp

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes


As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

i) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".



j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

k) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

l) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

m) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 incluem, nomeadamente, o registo de provisões e perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2017 e 31.12.2016, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõem-se da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa:		
Caixa sede	1.172,94	590,29
	1.172,94	590,29
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem	185.202,47	341.183,33
Depósito a prazo	300.000,00	200.000,00
	485.202,47	541.183,33
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	486.375,41	541.773,62

5. Ativos intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis – Outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.



c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos Intangíveis – Outros	Ano 2017		Ano 2016	
	Ativo bruto	Amort. e perdas por imparidade	Ativo bruto	Amort. e perdas por imparidade
Programas de computador	1.581,17	1.581,17	1.581,17	1.581,17
	1.581,17	1.581,17	1.581,17	1.581,17

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

Amortizações do exercício – Outros	Ano 2017	Ano 2016
Programas de computador	0,00	0,00
	0,00	0,00

e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2017 e em 2016 são os que se seguem:

	2017					TOTAL
	Projetos desenv.	Software	Propriedade Industrial	Outros intangíveis	act.	
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 1.1.2017	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 1.1.2017	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-	-

	2016					TOTAL
	Projetos desenv.	Software	Propriedade Industrial	Outros intangíveis	act.	
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 1.1.2016	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 1.1.2016	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	-	1.581,17	-	-	-	1.581,17
VALOR LÍQUIDO	-	0,00	-	-	-	0,00

6. Ativos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% – 2%
Equipamento básico	2 – 8	50% – 12,5%
Equipamento de transporte	4 – 5	25% – 20%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% – 10%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25%

d) e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2017								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 1.1.2017		3.914.998,59	534.177,03	82.007,45	197.900,14	134.205,41	187.254,89	5.050.543,51
Adições		-	1.697,97	-	3.770,51	-	19.372,56	24.840,98
Transf. e abates		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017		3.914.998,59	535.875,00	82.007,45	201.670,65	134.205,41	206.627,39	5.075.384,49
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 1.1.2017		1.388.814,56	461.320,67	80.131,61	182.517,31	131.890,38	-	2.244.674,53
Adições		52.596,14	1.697,92	-	1.460,55	302,87	-	56.057,48
Transf e abates		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017		1.441.410,7	463.018,59	80.131,61	183.977,86	132.193,25	-	2.300.732,01
VALOR LÍQUIDO		2.473.587,89	72.856,41	1.875,84	17.692,79	2.012,16	206.627,39	2.774.652,48

2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 1.1.2016		3.914.998,59	529.494,68	82.007,45	197.256,85	133.025,41	187.254,89	5.044.037,87
Adições		-	4.682,95	-	643,29	1.180,00	-	6.505,64
Transf. e abates		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016		3.914.998,59	534.177,03	82.007,45	197.900,14	134.205,41	187.254,89	5.050.543,51
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 1.1.2016		1.336.218,42	458.810,35	80.131,61	180.031,88	131.853,73	0,00	2.187.045,99
Adições		52.596,14	2.510,32	-	2.485,43	36,65	-	57.628,54
Transf e abates		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016		1.388.814,56	461.320,67	80.131,61	182.517,31	131.890,38	0,00	2.244.674,53
VALOR LÍQUIDO		2.526.184,03	72.856,36	1.875,84	15.382,83	2.315,03	187.254,89	2.805.860,98

6.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados	TOTAL
Edifícios e outras construções	52.596,14	52.596,14
Equipamento básico	1.697,92	1.697,92
Equipamento administrativo	1.460,55	1.460,55
Outros ativos tangíveis	302,87	360,55
TOTAL	56.057,48	56.057,48

Ray



6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31.12.2017	31.12.2016
Edifícios e outras construções	1.441.410,70	1.388.814,53
Equipamento básico	463.018,59	461.054,45
Equipamento de transporte	80.131,61	80.131,61
Equipamento administrativo	184.317,38	182.783,53
Outros ativos tangíveis	131.853,73	131.890,38
TOTAL	2.300.732,01	2.244.674,53

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

8. Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

[Handwritten signature]



8.2 *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas*

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31.12.2017	31.12.2016
Mercadorias	24.197,28	24.241,73
TOTAL	24.197,28	24.241,73

Inventários	31.12.2017	31.12.2016
Cera e Artigos Religiosos	473,53	517,98
Livros e Publicações	23.723,75	23.723,75
TOTAL	24.197,28	24.241,73

8.3 *Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período*

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2017	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	24.241,73	-
Perdas por imparidade em existências	-	-
Compras	23,99	127.581,56
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Inventário final	24.197,28	-
Gasto do período	68,44	127.581,56



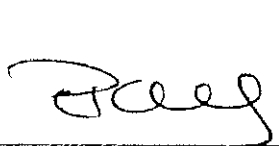

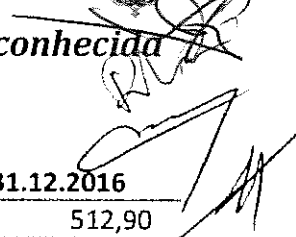
2016	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	24.629,51	-
Perdas por imparidade em existências	-	-
Compras	-	165.030,02
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Inventário final	24.241,73	-
Gasto do período	387,78	165.030,02

9. Réditos

9.1 *Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços*

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.
- Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2017	31.12.2016
Vendas de bens	119,60	512,90
Prestações de serviços	624.117,20	690.627,02
Juros	747,73	2.169,76
TOTAL	624.984,53	693.309,68

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

10.1 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Neste exercício ocorreram alguns casos litigiosos com pessoal dos nossos quadros assim como com alguns planos de segurança com alguns dos nossos estabelecimentos, que nos levam à criação de provisões para os respetivos processos judiciais em curso, conforme passamos a indicar no quadro seguinte:

Descrição	Saldo 2016	Utilizações	Reversões	Saldo 2017
Processos judiciais em curso:				
Pessoal	28.500,00	22.500,00	6.000,00	-
Segurança no Trabalho	10.000,00	-	-	10.000,00
Lar 3ª Idade	46.125,00	-	46.125,00	-
Totais	84.625,00	22.500,00	52.125,00	10.000,00

Descrição	Saldo 2015	Aumentos	Reversões	Saldo 2016
Processos judiciais em curso:				
Pessoal	16.000,00	13.500,00	1.000,00	28.500,00
Segurança no Trabalho	8.800,00	1.200,00	-	10.000,00
Projeto construção "Lar 3ª Idade	0,00	46.125,00	-	46.125,00
Totais	24.800,00	60.825,00	1.000,00	84.625,00

Handwritten signature and stamp

10.2 Passivos contingentes

Em 28 de dezembro de 2015, a SCM de Matosinhos recebeu um auto de advertência por parte da ACT relacionado com o cumprimento do acordo coletivo de trabalho. Na sequência da análise e avaliação das responsabilidades decorrentes deste processo foram registados nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2016 acréscimos de gastos com pessoal de modo a incluir uma estimativa deste gasto.

Em 31 de dezembro de 2017, após terem existido negociações diretas com o pessoal, existiu a necessidade de reforçar os valores anteriormente calculados em 2016. (Nota 13.2).

11. Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

11.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2017, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração dos resultados
Segurança social	Relacionado com rendimentos	1.388.814,33
IEFP	Relacionado com rendimentos	5.381,57
Camara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	60.357,75
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	51.524,00
TOTAL		1.506.077,65

A 31 de Dezembro de 2016, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração dos resultados
Segurança social	Relacionado com rendimentos	1.359.169,37
IEFP	Relacionado com rendimentos	2.456,64
Camara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	60.693,00
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	20.130,49
TOTAL		1.442.449,50

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 20 de Março de 2018. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

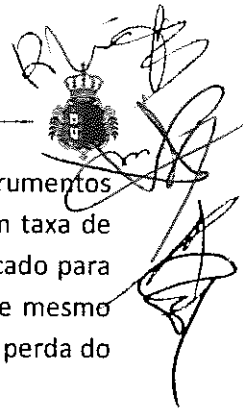
12.2 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2017.

13. Instrumentos financeiros

13.1 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.



A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.




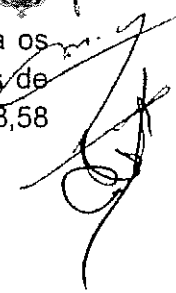
Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

13.2 Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

	2017 Quantia Escriturada	2016 Quantia Escriturada
Créditos a receber gerais	82.672,76	108.619,94
Créditos a receber inquilinos	7.993,58	22.578,21
Créditos a receber utentes	29.831,25	94.603,65
Perdas por imparidade	-17.482,98	-71.376,38
Créditos a receber	103.014,61	154.425,42
Pessoal	1.715,61	832,38
Acréscimos de rendimentos	210.966,00	166.088,87
Outros ativos correntes	212.681,61	166.921,25
Diferimentos	5.618,79	10.182,57
TOTAL	321.315,01	331.529,24

No período findo em 31 de dezembro de 2017 foi atualizada a imparidade criada para os saldos de clientes e utentes, sendo que a mesma abrange neste momento as dívidas de utentes de 2013 a 2015, no montante de 9.489,40 euros. O restante montante, 7.993,58 euros refere-se aos saldos em aberto de inquilinos.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2017 Quantia Escriturada	2016 Quantia Escriturada
Fornecedores	66.077,88	82.418,78
Remunerações a liquidar	500.619,84	514.112,44
Outros acréscimos de gastos	14.110,23	9.805,72
Credores diversos	350,18	519,32
Outros passivos correntes	515.080,25	524.437,48
TOTAL	581.158,13	606.856,26

A rubrica "Remunerações a liquidar" contém os seguintes valores:

Férias e encargos com férias	299.947,94
Retroativos a liquidar (valor anterior)	161.133,10
Retroativos a liquidar (valores reforço 2017)	240.210,70
Total	500.619,84

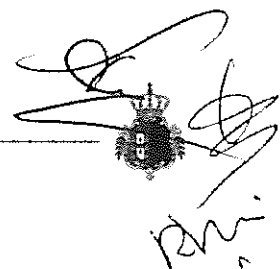
14. Benefícios dos empregados

14.1 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	1.738.149,58	1.761.198,61
Indemnizações	-	1.000,00
Encargos sobre remunerações	351.941,73	349.828,81
Seguros de acidentes de trabalho	21.073,95	21.536,84
Outros	4.838,30	4.857,97
TOTAL	2.116.003,56	2.138.422,23

CPA



15. Outras informações

15.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	2017	2016
Ativo:		
Imposto sobre o rendimento	335,66	16,88
	335,66	16,88
Passivo:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	23.205,22	23.795,44
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança Social	74.335,84	73.422,05
Outras tributações	153,93	213,28
	97.694,99	97.430,77

15.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2017 e 2016 distribuíram-se da seguinte forma:

	2017	2016
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	624.236,80	691.139,92
Mercado externo	-	-
	624.236,80	691.139,92

	2017	2016
Mercadorias	119,60	512,90
Vendas de subprodutos	119,60	512,90
Prestações de serviços:		
Matrículas e mensalidades - utilizadores	593.903,95	646.923,98
Quotizações e joias	1.522,25	8.479,44
Outros	28.691,00	35.223,60
	624.117,20	690.627,02
	624.236,80	691.139,92

15.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2017 e 2016 a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	14.359,43	14.542,95
Serviços especializados: Conservação e reparação	31.704,02	64.692,55
Serviços especializados: Honorários	31.760,35	48.086,48
Serviços especializados: outros	40.430,60	42.194,29
Materiais	10.309,49	10.153,87
Energia e fluídos	108.984,58	124.601,07
Deslocações, estadas e transportes	1.312,37	1.308,18
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	29.476,93	27.685,28
Serviços diversos: Contencioso e notariado	2.986,23	12.401,00
Serviços diversos: Comunicação	8.187,93	12.379,70
Serviços diversos	40.482,47	24.691,60
	319.994,40	382.736,97

15.4 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2017 e 2016 a seguinte composição:

	2017	2016
Outros gastos e perdas		
Impostos	3.142,60	612,50
Gastos e perdas com investimentos financeiros	-	1.707,82
Quotizações	840,00	840,00
Custos com apoios financeiros concedidos	714,71	1.000,00
Correções relativas ao período anterior	60.403,54	192.117,44
Outros	172,67	88,76
	65.273,25	196.366,52

Em 2016, o montante referente a correções relativas a períodos anteriores inclui 177.807,38€ referentes a retroativos do pessoal de 2011 a 2015.

15.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2017 e 2016 a seguinte composição:



	2017	2016
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	201,89	362,57
Rendas e outros rendimentos em propriedade	588.833,72	601.753,82
Sinistros	80,08	8.015,45
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	14.329,23	11.423,99
Correções relativas a períodos anteriores	21.967,90	5.724,05
Restituição de impostos	495,04	3.854,47
Juros Obtidos	747,73	1.210,43
Outros	268,56	1.796,36
	626.924,15	634.141,14

15.5.1 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2017 e 2016 a seguinte composição:

	2017	2016
Financiamentos		
Bankinter (12 anos)	418.780,65	496.094,01
Bankinter (10 anos)	41.282,09	68.227,33
	460.062,74	564.321,34
Juros pagos		
Juros de financiamento	946,69	1.559,18
	946,69	1.559,18

	2017	2016
Financiamentos		
Bankinter- corrente	104.258,60	103.725,11
Bankinter- não corrente	355.804,14	460.596,23
	460.062,74	564.321,34

15.6 Garantias prestadas

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 15.5 encontram-se garantidos através da constituição de hipoteca sobre imóvel sito no Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Alfredo Cunha (registo nº 2908).

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
RM

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.




Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

[Handwritten signature]
o.c.c.
[Handwritten signature]
Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Eleno Azevedo
Registo Paes

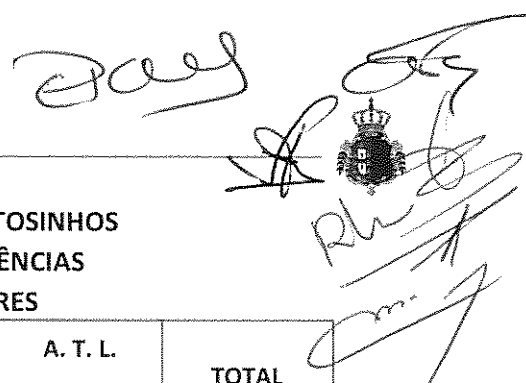
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2017 POR VALÊNCIAS
 ÁREA DE INFÂNCIA - CRECHES

CONTA	DESCRIÇÃO	CRECHE PARAISO	CRECHE C.I.M.	CRECHE BIQUINHA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	15.200,90	13.196,26	10.726,29	39.123,45
62	Fornecimentos e serviços externos	11.569,21	23.195,68	11.042,44	45.807,33
63	Gastos com o pessoal	206.225,80	202.165,74	164.731,80	573.123,34
64	Gastos depreciação e de amortização	850,04	1.219,35	0,00	2.069,39
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	5.554,17	5.554,17
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais sem gastos administrativos	233.845,95	239.777,03	192.054,70	665.677,68
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>16.381,84</i>	<i>16.381,84</i>	<i>15.665,13</i>	<i>48.428,81</i>
	Total de gastos	250.227,79	256.158,87	207.719,83	714.106,49
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços	75.016,45	61.428,25	62.568,90	199.013,60
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	124.486,80	125.449,80	118.287,60	368.224,20
78	Outros rendimentos e ganhos	2.073,06	55,60	2.503,35	4.632,01
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total sem ganhos administrativos	201.576,31	186.933,65	183.359,85	571.869,81
	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>6.093,58</i>	<i>6.093,58</i>	<i>5.826,99</i>	<i>18.014,15</i>
	Total de ganhos	207.669,89	193.027,23	189.186,84	589.883,96
	Resultado	-42.557,90	-63.131,64	-18.532,99	-124.222,53




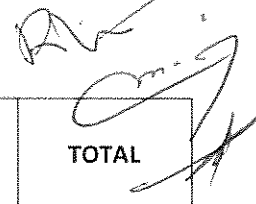
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2017 POR VALÊNCIAS
ÁREA DE INFÂNCIA - PRÉ-ESCOLAR

CONTA	DESCRIÇÃO	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	TOTAL
		PARAISO	C.I.M.	BIQUINHA	
61	Custo existências vendidas e consumidas	20.217,20	20.868,10	14.218,57	55.303,87
62	Fornecimentos e serviços externos	18.397,95	21.465,79	14.637,66	54.501,40
63	Gastos com o pessoal	333.138,26	376.605,57	218.373,49	928.117,32
64	Gastos depreciação e de amortização	1.222,41	2.080,06	0,00	3.302,47
65	Perdas por imparidade	4.933,40	719,88	992,00	6.645,28
68	Outros gastos e perdas	14.461,27	22.414,77	12.959,70	49.835,74
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais sem gastos administrativos	392.370,49	444.154,17	261.181,42	1.097.706,08
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>16.381,84</i>	<i>18.429,57</i>	<i>19.146,27</i>	<i>53.957,68</i>
	Total de gastos	408.752,33	462.583,74	280.327,69	1.151.663,76
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços	116.362,61	131.063,40	59.067,95	306.493,96
75	Subsídios, doações e legados á exploração	258.727,12	269.077,13	159.003,28	686.807,53
76	Reversões - imparidades	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	3.647,60	429,11	2.503,35	6.580,06
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total sem ganhos administrativos	378.737,33	400.569,64	220.574,58	999.881,55
	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>6.093,58</i>	<i>6.855,28</i>	<i>7.121,87</i>	<i>20.070,73</i>
	Total de ganhos	384.830,91	407.424,92	227.696,45	1.019.952,28
	Resultado	-23.921,42	-55.158,82	-52.631,24	-131.711,48



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2017 POR VALÊNCIAS
ÁREA DE INFÂNCIA -ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

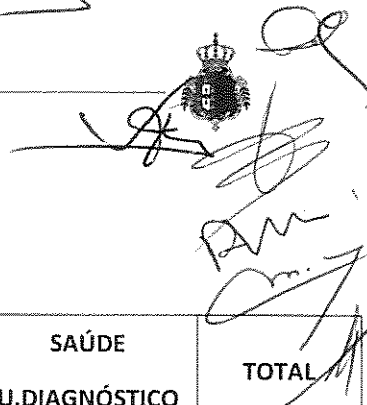
CONTA	DESCRIÇÃO	A. T. L.	A. T. L.	TOTAL
		PARAISO	C.I.M.	
61	Custo existências vendidas e consumidas	2.584,15	3.639,24	6.223,39
62	Fornecimentos e serviços externos	1.755,51	4.097,49	5.853,00
63	Gastos com o pessoal	37.495,88	58.479,75	95.975,63
64	Gastos depreciação e de amortização	144,06	286,90	430,96
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00
	Totais sem gastos administrativos	41.979,60	66.503,38	108.482,98
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>8.190,90</i>	<i>6.143,17</i>	<i>14.334,07</i>
	Total de gastos	50.170,50	72.646,55	122.817,05
71	Vendas	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços	17.338,69	37.097,45	54.436,14
74	Trabalhos para a própria entidade	13.873,20	0,00	13.873,20
75	Subsídios, doações e legados á exploração	0,00	21.564,90	21.564,90
78	Outros rendimentos e ganhos	358,67	0,00	358,67
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
	Total sem ganhos administrativos	31.570,56	58.662,35	90.232,91
	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>3.046,79</i>	<i>2.285,09</i>	<i>5.331,88</i>
	Total de ganhos	34.617,35	60.947,44	95.564,79
	Resultado	-15.553,15	-11.699,11	-27.252,26

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2017 POR VALÊNCIAS
ÁREAS DE JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE

CONTA	DESCRIÇÃO	INTERNATO CRIANÇAS E JOVENS	CENTRO DE DIA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	22.574,22	4.333,95	26.908,17
62	Fornecimentos e serviços externos	65.909,74	9.840,51	75.750,25
63	Gastos com o pessoal	210.680,08	40.300,18	250.980,26
64	Gastos depreciação e de amortização	895,74	1.139,76	2.035,50
65	Perdas por imparidade	0,00	560,00	560,00
68	Outros gastos e perdas	2.385,83	0,00	2.385,83
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00
	Totais sem gastos administrativos	302.445,61	56.174,40	358.620,01
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>51.193,20</i>	<i>12.286,38</i>	<i>63.479,58</i>
	Total de gastos	353.638,81	68.460,78	422.099,59
71	Vendas	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços	0,00	39.252,25	39.252,25
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	373.159,60	27.406,29	400.565,89
78	Outros rendimentos e ganhos	79,68	266,01	345,69
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
	Total sem ganhos administrativos	373.239,28	66.924,55	440.163,83
	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>19.042,39</i>	<i>4.570,10</i>	<i>23.612,49</i>
	Total de ganhos	392.281,67	71.494,65	463.776,32
	Resultado	38.642,86	3.033,87	41.676,73

Paul



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2017 OUTRAS ATIVIDADES
OUTRAS ATIVIDADES (1)

CONTA	DESCRIÇÃO	CASA			SAÚDE	
		MORTUÁRIA	MUSEU	CULTO	U.DIAGNÓSTICO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00	0,00	68,44	0,00	68,44
62	Fornecimentos e serviços externos	1.423,78	5.510,52	327,57	45.497,33	52.759,20
63	Gastos com o pessoal	3.211,60	0,00	0,00	55.248,95	58.460,55
64	Gastos depreciação e de amortização	93,00	1.707,07	0,00	41.287,90	43.087,97
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00	612,50	612,50
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	946,69	946,69
	Totais sem gastos administrativos	4.728,38	7.217,59	396,01	143.593,37	155.935,35
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>2.047,73</i>	<i>2.047,73</i>	<i>2.047,73</i>	<i>8.190,92</i>	<i>14.334,11</i>
	Total de gastos	6.776,11	9.265,32	2.443,74	151.784,29	170.269,46
71	Vendas	0,00	0,00	119,60	0,00	119,60
72	Prestação de serviços	4.350,00	0,00	0,00	19.049,00	23.399,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	0,00	455,90	344,51	0,00	800,41
76	Reversões - imparidades	0,00		0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00	76.796,42	76.796,42
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total sem ganhos administrativos	4.350,00	455,90	464,11	95.845,42	101.115,43
-	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>761,70</i>	<i>761,70</i>	<i>761,70</i>	<i>3.046,79</i>	<i>5.331,89</i>
	Total de ganhos	5.111,70	1.217,60	1.225,81	98.892,21	106.447,32
	Resultado	-1.664,41	-8.047,72	-1.217,93	-52.892,08	-63.822,14



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2017
GESTÃO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2017
GASTOS E GANHOS ADMINISTRATIVOS

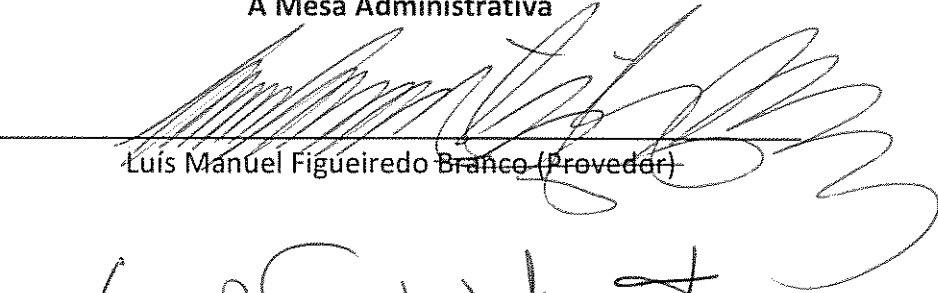
CONTA	DESCRIÇÃO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	10.297,33
63	Gastos com o pessoal	83.659,67
64	Gastos depreciação e de amortização	3.096,42
65	Perdas por imparidade	7.993,58
68	Outros gastos e perdas	4.885,11
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00
	Totais sem gastos administrativos	109.932,11
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>10.238,65</i>
	Total de gastos	120.170,76
71	Vendas	0,00
72	Prestação de serviços	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	461,93
76	Reversões (provisões)	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	529.132,76
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00
	Total sem ganhos administrativos	529.594,69
-	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>4.144,15</i>
	Total de ganhos	533.738,84
-	Resultado	413.568,08

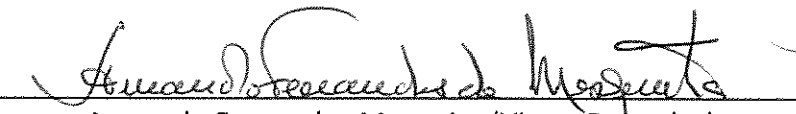
CONTA	DESCRIÇÃO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	22,68
62	Fornecimentos e serviços externos	75.513,39
63	Gastos com o pessoal	125.686,79
64	Gastos depreciação e de amortização	2.034,77
65	Perdas por imparidade	0,00
68	Outros gastos e perdas	1.490,00
69	Gastos e perdas de financiamentos	25,36
	Totais sem gastos administrativos	204.772,99
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>-204.772,99</i>
	Total de gastos	0,00
71	Vendas	0,00
72	Prestação de serviços	1.522,25
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	13.779,59
76	Reversões (provisões)	52.125,00
78	Outros rendimentos e ganhos	8.330,81
79	Juros, e outros rendimentos similares	747,73
	Total sem ganhos administrativos	76.505,38
-	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>-76.505,38</i>
	Total de ganhos	0,00
-	Resultado	0,00

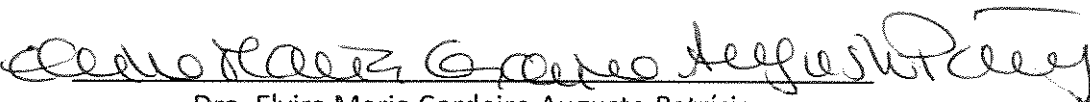


Aprovado pela Mesa Administrativa em reunião de 20/03/2018


A Mesa Administrativa

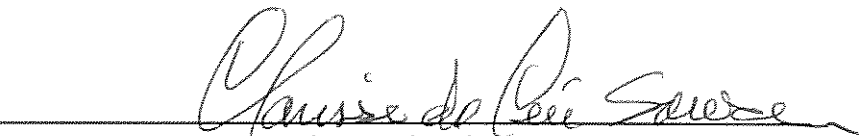

Luis Manuel Figueiredo Branco (Provedor)


Armando Fernandes Mesquita (Vice - Provedor)


Dra. Elvira Maria Cordeiro Augusto Patrício


Dra. Maria do Rosário Monteiro Bandeira Marques Lóio


Alberto Pereira Morgado


Dra. Clárisse do Céu Sousa


Cândido Sequeira Pinto Gilvaz

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.614.770 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.465.854 euros, incluindo um resultado líquido de 108.236 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Considerando que se encontra em curso por parte da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos a análise da rubrica de ativos fixos tangíveis com vista a efetuar a inventariação física daqueles bens bem como a respetiva conciliação com os registos contabilísticos, não se encontram reunidas as condições que nos permitam aferir da razoabilidade do montante daquela rubrica incluída nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016. Acresce a esta análise a necessidade de identificação e avaliação da totalidade dos bens imóveis de modo a que seja possível efetuar o respetivo registo contabilístico de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística,

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

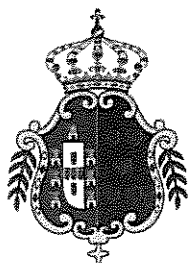
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 20 de março de 2018



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E DEZASSETE PARECER DO DEFINITÓRIO

Aos vinte dias do mês de Março de dois mil e dezoito, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Dr. José Carlos Monteiro, e do vogal, Prof. António Cunha e Silva, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Actividades de dois mil e dezassete, que mereceram os seguintes pareceres:

Ponto 1 – O Definitório aprova as contas e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e dezassete, tal como lhe foram apresentadas, que se traduzem num lucro de cento e oito mil duzentos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos, facto que, por comparação com o ano anterior, representa uma melhoria assinalável. Não obstante, não deixa de sublinhar as omissões de alguns registos nas contas de dois mil e dezassete e anos anteriores, e no seu possível efeito nos resultados, em particular no que respeita à valorização do património imobiliário;

Ponto 2 – Regista também com apreço o desenvolvimento da atividade da instituição, nas suas múltiplas facetas, não deixando, contudo, de voltar a apelar para a resolução urgente dos problemas verificados no Centro de Diagnóstico;

Ponto 3 – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na racionalização de custos, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da instituição.

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

José Carlos Monteiro

O Vogal

António Azevedo Cunha e Silva